

..... Artigo

DOI: <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2024i36e67489>

AS OPERÁRIAS ENTRAM EM CENA: O AGENCIAMENTO FEMININO NA GREVE GERAL DE 1917 EM SÃO PAULO¹

Eliane Cristina Furoni Vieira dos Santos²

Lucia Maria Machado Bógus³

RESUMO

Este artigo traz a proposta de evidenciar a atuação feminina, sob o enfoque do conceito de agenciamento no que tange às relações sociais, considerando que essa atuação feminina não foi a de meras figuras individuais, mas sim agentes sociais na luta pelos direitos trabalhistas no maior movimento grevista do século XX que foi a Greve Geral de 1917. Por meio de levantamentos bibliográficos dos estudos já compilados sobre a temática, e, também, da leitura dos periódicos da época, percebeu-se um “apagamento” da história feminina por conta da cultura de uma sociedade de bases fortemente patriarcais. Mediante o contexto social e ideológico da República Velha (1890-1930), o artigo discute essa problemática machista e sexista que dificultou a inscrição feminina na memória social das lutas trabalhistas e destaca alguns nomes dessas mulheres, agentes sociais desse movimento paredista.

Palavras-chave: Greve Geral de 1917; Memória; Operárias; Agenciamento feminino; Direitos trabalhistas.

WORKERS ENTER THE SCENE: FEMALE AGENCY IN THE 1917 GENERAL STRIKE IN SÃO PAULO

ABSTRACT

This article proposes to highlight female action, under the focus of the concept of agency with regard to social relations, considering that this female role was not that of mere individual figures, but rather social agents in the fight for labor rights in the largest movement strike of the 20th century that was the General Strike of 1917. Through bibliographical surveys of studies already compiled on the subject, and by reading the periodicals of the time, it was noticed an “erasure” of women's history due to culture of a society with strongly patriarchal foundations. Through the social and ideological context of the Old Republic (1890-1930), the article discusses this chauvinist and sexist problem that made it difficult for

¹ Este artigo abrange uma parte da temática da pesquisa de mestrado que está em andamento no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. Bolsista CAPES. ORCID: <https://orcid.org/0009-0001-0086-6117>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8897711605013305> E-mail: elianefuroni@gmail.com

³ Professora doutora titular do Departamento de Sociologia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, atua nas áreas de Sociologia Urbana e Demografia, com ênfase em Política Pública e População. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3431-7298>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1210861529721065>. E-mail: lbogus@pucsp.br; lubogus@uol.com.br

..... Artigo

women to be included in the social memory of labor struggles and highlights some names of these women, social agents of this wall movement.

Keywords: *General strike of 1917; Memory; Workers; Women's agency; Labor rights.*

LOS TRABAJADORES ENTRAN EN ESCENA: AGENCIA FEMENINA EN LA HUELGA GENERAL DE 1917 EN SÃO PAULO

RESUMEN

Este artículo se propone resaltar la acción femenina, bajo el enfoque del concepto de agencia respecto de las relaciones sociales, considerando que este rol femenino no fue el de meras figuras individuales, sino el de agentes sociales en la lucha por los derechos laborales en el mayor movimiento huelguista del siglo XX que fue la Huelga General de 1917. A través de relevamientos bibliográficos de estudios ya recopilados sobre el tema, y también de la lectura de las publicaciones periódicas de la época, se advirtió un “borrado” de la historia de las mujeres debido a la cultura de una sociedad con fundamentos fuertemente patriarcales. A través del contexto social e ideológico de la Antigua República (1890-1930), el artículo analiza esta problemática chauvinista y sexista que dificultó la inclusión de las mujeres en la memoria social de las luchas obreras y destaca algunos nombres de estas mujeres, agentes sociales. de este movimiento de la pared.

Palabras Clave: *Huelga general de 1917; Memoria; Trabajadores; Agencia de mujeres; Derechos laborales.*

..... Artigo

INTRODUÇÃO

A história do movimento operário no Brasil e sobretudo o de São Paulo é marcada por violências e perseguições, mas também, conquistas e vitórias.

Dentro desse recorte do movimento trabalhista, ocorreu em 1917 a maior paralisação realizada, até então, de trabalhadoras e trabalhadores dos mais diversos ramos de serviços a ponto de abalar as convicções do “*status quo*” da burguesia dominante. Essa Greve Geral foi promovida por operários e operárias que iniciam o movimento grevista em uma das fábricas têxteis mais proeminentes de São Paulo naquela época, o Cotonifício Crespi.

As operárias que participavam das reuniões da Liga Operária da Moóca foram muito importantes para o planejamento e execução do movimento paredista. A partir das paralisações de junho de 1917, a greve toma proporções inimagináveis.

A participação das mulheres foi importantíssima não apenas no início daqueles acontecimentos, como também, no decorrer dos fatos. Elas se posicionaram nos enfrentamentos à polícia, promoveram comissões para negociações, panfletaram, discursaram e distribuíram apelos aos soldados.

Considerando a afirmação de Michelle Perrot de que a história por muito tempo havia se esquecido das mulheres⁴, este artigo traz uma breve reflexão dos motivos pelos quais essa atuação feminina não esteve inscrita na memória das lutas sociais e faz uma abordagem sobre algumas dessas atuações das mulheres operárias durante a Greve Geral de 1917, mesmo diante das tentativas do aniquilamento dessa memória da luta feminina no campo das relações de trabalho.

⁴ In FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). Campinas, SP:[sn], 2016.

..... Artigo

1. A GREVE, EIS AS OPERÁRIAS!

As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria a opressão, a dominação, por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm outras práticas cotidianas, formas concretas de resistência – à hierarquia, à disciplina – que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio do tempo e do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma história outra. Uma outra história.

(Michele Perrot)

1.1 Uma breve contextualização: o cenário histórico e social da Greve Geral

A intensa exploração da mão-de-obra operária e os baixos salários sempre foram características marcantes do modo de produção industrial. Em 1917, na cidade de São Paulo⁵ (no despontar de sua industrialização), a situação para a classe trabalhadora e os mais pobres, de maneira geral, torna-se ainda mais difícil. A carestia da vida⁶, os baixos salários, as condições insalubres de moradia e a precária infraestrutura de vida das operárias e operários, junta-se às dificuldades impostas pelo cenário internacional da Primeira Guerra Mundial (1914-1918)⁷.

Em meio a essa problemática social, alia-se o fato da participação da Itália no conflito mundial⁸, que é quando os industriais (imigrantes italianos em sua maioria) começam a cobrar de seus funcionários a contribuição “pró-pátria” - uma espécie de tributo de guerra descontado dos salários das trabalhadoras e trabalhadores de origem italiana⁹, cuja arrecadação do montante

⁵ Para fins de discussão neste artigo, o recorte geográfico é a cidade de São Paulo, mais precisamente os bairros operários da Moóca, Brás e Belenzinho. Não desconsiderando, contudo, de que a situação da classe operária nos mais diversos lugares do Brasil, atravessava as mesmas dificuldades.

⁶ Refere-se à alta dos preços dos bens de consumo de primeira necessidade.

⁷ Ver BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. Cadernos AEL, 2009, pg 268.

⁸ A Itália entra na Primeira Guerra Mundial em 1915.

⁹“(…) já em fins de maio de 1915, do Banco Francês e Italiano para a América do Sul de destinar um quarto do salário de seus subordinados que partissem para o campo de batalha aos seus familiares e de restituir-lhes o posto de trabalho quando voltassem, política que será assumida primeiro pelas empresas Matarazzo e depois por outros expoentes da elite econômica imigrada”. (in TRENTO, Angelo. A Itália em guerra: a coletividade imigrada e o Fanfulla de São Paulo durante o primeiro conflito mundial. 2015.). Sobre a questão da “contribuição pró-pátria” ter sido um dos motivos de desencadeamento da Greve de 1917, ver também BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. Cadernos AEL, 2009, pg 272.

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V. 2 n36e68489

e-ISSN: 1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUCSP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

total era encaminhada à Itália em combate. Essa prática trazia a “ideia de que os trabalhadores oriundos da Itália deveriam se sacrificar em nome da defesa da “terra-mãe”, conforme nos esclarece Lopreato (1996, p. 69). O desconto “afetava mensalmente o salário real cada vez menor destes trabalhadores” (BIONDI, 2009, p. 272).

Ademais, há que se considerar as condições precárias de segurança e higiene dentro das fábricas: pouca ventilação, poeira, agentes químicos e maquinário altamente perigoso para o manuseio, inclusive o infantil – outra faceta dessa configuração da exploração de mão-de-obra -. O número de crianças que trabalhavam nas fábricas era alarmante. A quantidade de mulheres e crianças (inclusive menores de 14 anos) era considerável em relação à quantidade de homens, como uma forma de barateamento do custo dos salários pagos à classe operária.

Assim, diante de toda essa conjuntura, inicia-se na cidade de São Paulo, mais precisamente no Bairro da Mooca em junho de 1917, uma paralisação no Cotonifício Crespi¹⁰, liderada pelos operários da seção têxtil com a adesão de aproximadamente 400 trabalhadoras e trabalhadores (BIONDI, 2009). Essa paralisação seria apenas o início daquela que se tornaria a Greve Geral de 1917, a qual ocorreria na primeira quinzena de julho daquele ano.

Dentre as reivindicações, estava o fim do trabalho noturno de crianças e de mulheres. No que se refere à jornada de trabalho infantil, podemos verificar a denúncia, na imprensa, da entrada de menores no começo da noite e suas saídas na manhã do dia seguinte em vários dos estabelecimentos fabris:

Assistimos à entrada de cerca de 60 menores, às 7 horas da noite [...]. Essas crianças saem às 6 horas da manhã. Trabalham, pois, 11 horas a fio em serviço noturno, apenas com um descanso de 20 minutos[...] O pior é que elas se queixam de serem espancadas pelo mestre de fiação [...]. Alguns apresentam ferimentos produzidos por uma manivela. Trata-se de crianças de 12, 13 e 14 anos. (Jornal O Combate, 04/09/1917 apud DECCA, 1991, p. 38)

¹⁰ Ver BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. Cadernos AEL, 2009, pg 271.

..... Artigo

1.2 A forma de luta e de organização da classe trabalhadora

Para que se conheça a participação das mulheres na Greve Geral de 1917, faz-se necessário entender como se deu a organização da classe trabalhadora no século XX e como se formaram as Ligas Operárias, principalmente a Liga Operária da Moóca¹¹.

Em fins do século XIX (após 1890) passaram a existir agremiações proletárias tanto de caráter pluriprofissional, quanto por ofício¹². Eram formas do operariado se manter unido e poder discutir e organizar as suas reivindicações. Fazendo uma rápida abordagem das organizações sindicais, importante saber que os sindicatos passaram por uma reformulação, por assim dizer, a partir da Era Vargas (1930-1945), como forma de controle estatal a essas agremiações revolucionárias (DE PAULA, 2018).

Voltando para o ano de 1917, observa-se que essas associações de trabalhadores e trabalhadoras pertenciam a diversas correntes políticas-ideológicas como o socialismo e o anarcossindicalismo (ou o sindicalismo revolucionário, vertente do anarquismo), por exemplo. Essas ideologias foram trazidas com a vinda de imigrantes italianos e espanhóis que aqui se fixaram na força de trabalho assalariado, logo após a abolição da escravatura (decretada pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888). Esse ideário que permeava o sindicalismo brasileiro, de maneira geral, sustentava que o enfrentamento direto (a greve) e não a resolução pelas vias institucionais, era a forma mais eficaz de fazer com que o patronato cumprisse o mínimo de direitos a que os trabalhadores tinham. Questões como exploração da mão-de-obra infantil e feminina, jornadas extensas de trabalho, baixos valores de salários, dentre tantas outras pautas, eram discutidas entre os seus associados.

Já em março de 1917 é fundado o Comitê de Agitação Popular Contra a Exploração das Crianças¹³, que fora organizado no contexto do combate ao trabalho infantil nas fábricas. Essa forma de organização operária era o limiar dos movimentos grevistas de junho e julho de 1917.

¹¹ Na qual os operários e operárias do Cotonifício Crespi deliberaram pelo início da paralisação em junho de 1917.

¹² Ver Cláudio Batalha. O Movimento Operário na Primeira República. Rio de Janeiro: Zahar, 2000, pp. 14 e 15 in FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). Campinas, SP: [sn], 2016.

¹³ Inicialmente composto por anarquistas, tendo em seguida, associados socialistas



Artigo



No bojo dessa constituição organizacional da classe operária paulista, outras estruturas (essas por bairros) surgiram as Ligas Operárias. De acordo com Biondi (2009), as bases que formavam essas Ligas deveriam ter por direcionamento a estruturação por bairros e não por ofícios, o que proporcionaria (conforme o momento exigia) a participação dos diferentes grupos de trabalhadores de determinadas regiões. O efeito desse arranjo permitiu a associação de operárias e operários das fábricas pertencentes aos bairros em que as Ligas estavam estabelecidas. Nelas aconteciam reuniões, eram promovidos comícios e a distribuição de boletins a fim de propagar a conscientização do proletariado.

E foi assim que em maio de 1917 é fundada a Liga Operária da Moóca, já contando, inicialmente, com aproximadamente 400 operários do Cotonifício Crespi, composta em sua maior parte por mulheres (BIONDI, 2009). No mês de junho, por meio das ações coordenadas nessas reuniões da Liga da Moóca, fora deliberada uma Assembleia, conforme nos conta Del Roio (2017):

(...) A assembleia aconteceu de forma bastante atípica, pois foi realizada a portas fechadas. E as resoluções não foram divulgadas ao público. Fato é que no dia 10 de junho, uma comissão de tecelões apresentou aos diretores do Cotonifício Crespi uma pauta de reivindicações. Os operários se revoltavam com o prolongamento do serviço noturno e exigiam 20% de aumento salarial. (DEL ROIO, 2017, p.55).

..... Artigo

Figura 1 - Trabalhadores em frente ao Cotonifício Crespi no início da década de 1900



Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth – AEL/Unicamp

A paralisação das trabalhadoras e trabalhadores do Cotonifício Crespi atravessa o mês de junho e em julho de 1917 o movimento paredista toma um novo rumo. Trabalhadores de outras fábricas também se declararam em greve.

A historiografia do movimento operário constata, por meio dos relatos de jornais operários da época, como o Jornal A Plebe (do tipógrafo e militante anarquista, Edgard Leuenroth), de que muitos operários se engajaram no movimento grevista em sinal de solidariedade.

Talvez esse fosse o despontar da consciência da classe proletária. Categorias como sapateiros, carpinteiros, padeiros etc., também aderiram à greve. Nenhuma paralisação havia, até então, tomado tal dimensão.



Artigo



1.3 O embate e a resistência feminina na Greve

A resposta do Estado e dos industriais foi imediata. Não no sentido de se tentar resolver a questão social¹⁴ em agenda, mas sim, utilizando de forte repressão para dissolver o movimento grevista. A Força Pública (atual Polícia Militar do Estado de São Paulo) agiu de forma violenta tentando dispersar grevistas em comícios, disparando com armas de fogo e desfazendo as aglomerações a patas de cavalos. Inúmeras pessoas foram machucadas pelo uso de espadim¹⁵. Muitos trabalhadores foram presos e mortos; tendo se configurado nessas semanas de julho de 1917 uma verdadeira praça de guerra pelas ruas centrais da cidade de São Paulo.

Em meio ao turbilhão de violências, as mulheres grevistas decidem elaborar um manifesto dirigido aos soldados como uma forma de conscientizá-los de que eles eram, também, trabalhadores como aqueles operários que estavam em luta. Assim, num gesto de apelo à humanidade desses agentes do “pequeno exército” que exerciam o controle sobre “as classes perigosas” (FELITTE, 2023, p. 49) a mando do governo e dos patrões, elas distribuem o seguinte boletim:

O Apello aos Soldados:

Soldados! Não deveis perseguir os nossos irmãos de miséria. Vós também sois da grande massa popular, e, se hoje vestis fardas, voltareis amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os operários explorados das fábricas e oficinas. A fome reina em nossos lares e nossos filhos nos pedem pão! Os perniciosos patrões contam, para sufocar as nossas reclamações, com armas que os armaram. Soldados! Estas armas vo-las deram para garantir o seu direito de esfomear o povo! [...]. Não vos prestei, soldados, a servir de instrumento da opressão dos Crespi, Matarazzo, Gamba, Hoffmann etc., os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres! Soldados! Cumpri vosso dever de homens! Os grevistas são vossos irmãos na miséria e no sofrimento. Os grevistas morrem de fome, enquanto os patrões morrem de indigestão! Soldados recusai-vos ao papel de carrascos! (Um Grupo de Mulheres grevistas. São Paulo, junho de 1917)¹⁶

¹⁴ Sobre esse assunto, vale ressaltar que o enfoque neste artigo é ressaltar a ação das mulheres trabalhadoras na Greve Geral de 1917. Em relação ao aprofundamento das discussões acerca das negociações e o desenrolar da Greve, esse assunto poderá ser discutido em um próximo trabalho.

¹⁵ Uma espécie de espada em miniatura. Esse instrumento foi muito utilizado pelos soldados da Força Pública. Nas pesquisas para o mestrado que estão sendo realizadas, foram verificados nos livros da Assistência Médica Policial (Fundo – Academia de Polícia – Arquivo Público do Estado de São Paulo), muitos atendimentos de pessoas feridas por espadim, catalogados nos dias de maior agitação da Greve Geral de 1917.

¹⁶ Originalmente publicado em A Plebe, São Paulo, 29 de julho de 1917, ano I, número 6 (in DEL ROIO, José Luiz. A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena. Alameda Casa Editorial, 2017.)

..... Artigo

Conforme nos conta José Luiz Del Roio, no livro intitulado “A Greve de 1917: os trabalhadores entram em cena”, outros apelos foram dirigidos aos soldados do Exército e da Marinha, uma vez que o Governo paulista havia solicitado guarnições dos demais destacamentos militares no sentido de encrudescer mais a repressão, caso fosse necessário. Del Roio (2017) aponta de que houve indícios que o apelo das mulheres surtiu algum efeito, mas não a ponto de atingir as mentes e corações de todas as tropas. As forças de segurança do Estado falaram mais alto no embate capital “versus” trabalho.

Talvez esse apelo realizado pelas operárias em greve tenha sido inspirado no chamado - realizado em fevereiro de 1917- que as suas irmãs de luta de Petrogrado, na Rússia em revolução¹⁷, fizeram a também soldados daquela região. Com a ordem de “abaixem suas baionetas – juntem-se a nós”, as trabalhadoras russas tiveram mais sorte em seu propósito. No entanto, as intenções tanto dessas mulheres brasileiras, quanto daquelas mulheres russas, mostram a força feminina que emerge diante das adversidades e o sentido de humanidade que essa robustez está imbuída.

Os modos de enfrentamento, também foram uma das marcas das operárias grevistas de 1917. Relatos em periódicos, como o Jornal “A Razão¹⁸” do dia 14 de julho, informam de que fora vista uma mulher armada com espingarda atirando contra os cavalarianos da Força Pública, na região do Brás e da Moóca. Aqui, vale uma breve observação: é sabido que muitos militantes anarquistas, por experiências de enfrentamentos em seus países de origem, tinham o costume de andarem portando armas de fogo. Para essa corrente ideológica, era somente por meio do levante popular que a justiça social seria cumprida, sem a interferência institucional do Estado.

2 A SOCIEDADE DA VELHA REPÚBLICA “VERSUS” A MULHER OPERÁRIA

[...] Ó mulher infeliz, luta, trabalha, morre! Mas o sangue, o suor que da tua fronte escorre. Vai formando esse mar de fúria e indignação. Em que há de submergir um dia o despotismo que há de fazer nascer da lama deste abismo. Um mundo mais humano e sem falta de pão!

(Raimundo Reis)

¹⁷ Para compreender melhor a influência da Revolução Russa de 1917 na Greve Geral, ver BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. Cadernos AEL, 2009, pg. 268

¹⁸ Jornal A Razão, 14 jul. 1917 - Ed 00207- pg 5

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V. 2 n36e68489

e-ISSN: 1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUCSP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

2.1 A virtude burguesa contra a plebe indesejada

A sociedade da “Velha República” (1889-1930) havia herdado os costumes da monarquia brasileira que a precedeu: um arcaísmo patriarcal, escravocrata nos tratos e demasiadamente conservadora nos costumes.

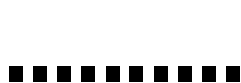
À mulher (tanto à da classe mais abastada, quanto à operária), estavam destinados os afazeres do lar. Ela era a responsável pela harmonia e manutenção da casa: cuidar dos filhos, do marido, da limpeza, da organização e da alimentação dos residentes. Seu papel era a de mãe extremada, exímia dona-do-lar, boa conselheira e esposa fiel. A esse destino feminino, a organização social da época chamou de recato, bons costumes, ou seja, ser uma “boa mulher”, a “rainha do lar”, ou conforme nos aponta Margareth Rago (1985, p. 62): a imagem construída da mulher “esposa-mãe-dona-de-casa”.

Frágil e soberana, abnegada e vigilante, um novo modelo normativo de mulher, elaborado desde meados do século XIX, prega novas formas de comportamento e etiqueta, inicialmente às moças das famílias mais abastadas e paulatinamente às classes trabalhadoras, exaltando as virtudes burguesas da laboriosidade (...) (RAGO, 1985, p.62).

Além do que, em se tratando do operariado (homens e mulheres), o mesmo significava para a burguesia urbana uma imagem negativa “de uma alteridade assustadora – o povo selvagem, incivilizado, bruto” (Rago, 1995, p.61).

Na mentalidade positivista e higienista do século XX, esses eram pessoas indesejáveis que representavam a falta de higiene, a disseminação de doenças e a vadiagem. Essa gente serviria, apenas, para ser a mão-de-obra explorada e deveria ser mantida longe dos lugares onde essa burguesia frequentava. Dessa maneira, criaram-se as vilas operárias e surgiram os cortiços. Toda essa conformação habitacional permitiu um maior controle sobre as operárias e operários e seu afastamento dos grandes centros.

(...) O olhar analítico e classificatório de médicos, higienistas, criminologistas e inspetores públicos, é o desejo de eliminação da diferença, de normalização



Artigo



do Outro, que se coloca como motivação primeira das investidas do poder sobre a classe operária fora das fábricas (RAGO, 1985, p.61).

2.2 A mulher que deixa o confinamento do lar

Dentro desse cerne ideológico, já quando os modos de produção se reconfiguraram e o capitalismo industrial deu seus passos mais marcados, alterando e modulando o mundo do trabalho, surgiu a necessidade dessa mulher da classe subalterna sair de casa e ir trabalhar nas fábricas, a fim de compor a renda familiar. As dificuldades impostas pelo capitalismo fizeram com que não fosse mais suficiente a força de trabalho do homem para o sustento da família. Então, essa mulher “do lar” passou a ser a operária nas fábricas, transpondo o seu “confinamento” e transgredindo as regras sociais que lhe eram impostas. A partir desse afastamento da vida doméstica, a sociedade burguesa lhe impõe a culpa “diante do abandono do lar, dos filhos carentes, do marido extenuado pelas longas horas de trabalho” (RAGO, 1985, pg. 63).

Trabalhar fora de casa era quase como estar se prostituindo¹⁹, nas mentalidades preconceituosas e machistas da época, uma vez que a mulher poderia estar “sujeita” às tentações, inclusive de se relacionar com outros homens. Afinal, não é a “mulher esta carne fraca, presa fácil das paixões que sucumbe sem resistências”? (RAGO, 1985, pg. 63).

Consideradas como objetos do desejo masculino, infelizmente muitas delas sofreram com assédios de mestres e contramestres dentro das fábricas. Notícias veiculadas na imprensa deixavam claro o que acontecia com essas operárias que eram desrespeitadas na sua condição de mulher e de trabalhadora. Polyana Alves de Almeida e Silva, em sua Dissertação de Mestrado intitulada “O protagonismo feminino nas greves de 1917”, defendido em 2018, relata que as mulheres “tinham que suportar e enfrentar” os assédios morais e sexuais de seus superiores nas indústrias.

Em uma matéria veiculada no jornal operário “A Plebe” de 18 de agosto de 1917, deixava claro o que as operárias padeciam em seus ambientes de trabalho:

¹⁹ Ver RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista. Editora Paz e Terra, 1985, p. 63

..... Artigo

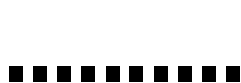
Segundo nos consta, o mestre desta fábrica, um tal Baptista, tem tido em relação às operárias que ali trabalham uma conduta bastante suspeita. Afirma-se que este indivíduo persegue com propostas indecorosas muitas dessas operárias, injuriando e martirizando de mil maneiras aquelas que têm dignidade e a coragem de repelir tão infame sujeito (JORNAL A PLEBE, 18/08/1917 apud SILVA, 2018, p. 106).

Não obstante a toda essa aura de preconceitos e abusos dos mais diversos, à mulher trabalhadora da Primeira República (juntando-se à mão de obra infantil) eram pagos os salários mais baixos. Os índices de mulheres e crianças empregadas no chão de fábrica eram bastante consideráveis²⁰. E para isso há uma explicação: às mulheres e crianças eram destinados os serviços “mais simples”, aqueles que os homens não aceitariam de imediato. Aos homens, estavam reservados os trabalhos mais complexos e que exigiam mais força física dentro do processo de produção fabril. Havia, também, a questão de posições em melhores cargos. Mestres, contramestres e gerentes eram cargos destinados aos homens. Com isso, salários desiguais e falta de oportunidades traçavam a desigualdade de gênero nas relações de trabalho já no início do século XX. A respeito dessa problemática Christina Lopreato (1996) relata a situação:

[...] Certas funções eram privativas das mulheres e crianças que chegaram a constituir, no ano de 1917, mais da metade da mão de obra empregada [...]. À mulher, pagava-se, em média, a metade do salário pago ao homem [...]. Além das vantagens econômicas, proporcionadas pela redução nos custos da força de trabalho, a mulher e a criança eram consideradas criaturas mais dóceis e de melhor adaptação à disciplina do trabalho (LOPREATO, 1996, p. 73)

Contudo, considerando que as hegemonias geram as resistências, o fato da mulher estar trabalhando nas linhas de produção gerava inúmeros incômodos. Além do barateamento do custo da mão de obra – o que afetava diretamente os salários de forma geral – ela também abandonara a posição de dona de casa e estava, de certa forma, lado a lado do homem nas ruas e no ambiente de trabalho.

²⁰ Ver FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. Revista Brasileira de História, v. 37, n. 76, p. 78



Artigo



3. SILÊNCIOS E AGENCIAMENTO²¹

[...] há, com certeza, um descompasso entre o que se conta sobre elas e o modo como seus discursos afetaram e interpretaram sua própria realidade.

(DÉBORA LUCIENE PORTO BOENAVIDES)

3.1 Silêncios: sua fala está nos outros

Pesquisas atuais nas áreas das Ciências Sociais se preocupam, constantemente, em não deixar de lado as interseccionalidades²². Desse modo, para que possamos aprofundar um pouco o debate acerca da proposta deste trabalho, será necessário discutirmos o machismo que é marca estruturante em nossa sociedade desde os primórdios da nossa formação cultural, resultante de uma constituição colonial branca e burguesa, de orientação cristã e eminentemente patriarcal.

Na história do operariado²³, encontra-se muita informação acerca dos movimentos grevistas, sobretudo em jornais e revistas. Inúmeros pesquisadores (historiadores, cientistas sociais etc.) se valeram das informações advindas desses periódicos para desenvolverem seus trabalhos acerca do movimento operário em seus diversos aspectos. O que chama a atenção é que ao pesquisarmos sobre a ação das mulheres trabalhadoras nessas agitações operárias, percebemos que suas atuações (seja como operárias das fábricas, seja como militantes do movimento grevista) são contadas por meio da “fala” masculina. Os periódicos, mesmos os jornais operários, tinham em suas redações a presença majoritária de homens e eram esses que relatavam a vida das mulheres.

De modo geral, o discurso operário masculino fala da e para a mulher trabalhadora (...). Nesse sentido, o movimento operário, mesmo o anarquista, atribui-se o direito de liderança sobre as mulheres (...) (RAGO, 1985, p.67).

²¹ Optou-se por tratar de “agenciamento” em lugar de “protagonismo”, considerando que no campo das relações sociais, o protagonismo está relacionado à individualidade e o agenciamento está ligado à atuação de sujeitos ativos nas práticas sociais. Vide HUBNER, Alysson. Agência na Sociologia: os diferentes usos do conceito de agência em Weber, Giddens e Latour. Ponto-e-Vírgula, v. 1, n. 33, 2023.

²² “O termo interseccionalidade é um conceito sociológico preocupado com as interações e marcadores sociais nas vidas das minorias. Por meio dele é possível enxergar que em nossa sociedade existem vários sistemas de opressão – as de raça ou etnia, classe social, capacidade física, localização geográfica, entre outras-, que se relacionam entre si, se sobrepõem e demonstram que o racismo, o sexismo e as estruturas patriarcais são inseparáveis e tendem a discriminar e excluir indivíduos ou grupos de diferentes formas”. (Fonte Site: Politize! Disponível em: <https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/>. Acesso em 27 jul. 2024).

²³ Para a temática deste artigo, a história é sobre o operário de 1917 na cidade de São Paulo.

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V. 2 n36e68489

e-ISSN: 1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUCSP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

A descoberta de maiores detalhes no que concerne à ação dessas mulheres, advém dos estudos já compilados dos pesquisadores sobre o assunto. Por meio desses trabalhos, pode-se ter uma noção mais objetiva e mais abrangente sobre a participação das operárias no movimento grevista de 1917 e os motivos desses “silenciamentos”.

Como já falado, às mulheres estava destinado o confinamento do lar. Era lá que deveriam permanecer para cuidar de sua família. Sair desse circuito significava abandonar sua condição “santificada” e entregar-se aos desejos mundanos. Expressamente uma forma do controle masculino sobre suas vidas.

O incômodo gerado por essa mulher que atravessa o portal sagrado do lar e vai para a fábrica atuar como mulher operária, mesmo entre os seus pares (operários e militantes anarcossindicalistas), pode explicar a razão de não se encontrar suas histórias narradas em “primeira pessoa”. A verificação ao boletim que emitiram o apelo aos soldados, durante a Greve Geral, demonstrado no Capítulo 1 deste artigo, é um exemplo bem contundente do que está sendo discutido aqui. A assinatura desse manifesto se faz apenas como “um grupo de mulheres grevistas”. Quem eram essas mulheres? Elas têm nome!

3.2 Agenciamento: elas são agentes sociais

Havia a ideia (e talvez ainda há, infelizmente) de que era tarefa dos homens defender e lutar pelos direitos das mulheres. Margareth Rago (1985, p. 66) nos explica de que até mesmo o companheiro operário considerava a mulher trabalhadora como “politicamente menos combativa” e “máquinas inconscientes”.

Mas as operárias de 1917, muitas delas, não se curvaram a essa denominação: paralisaram fábricas, enfrentaram os soldados da polícia, convocaram companheiras e companheiros de diversos estabelecimentos a aderirem ao movimento, panfletaram e fizeram discursos. Agiram com consciência política contrariando a ideia de que eram menos politizadas e incapazes de ir para o enfrentamento.

Figura 2 - Aspecto dos trabalhadores no Largo do Palácio durante a Greve Geral. No canto inferior esquerdo da fotografia nota-se a presença de operárias



Fonte: Revista "A Cigarra" (SP), 26 jul. 1917, Ano IV, nº 71

As trabalhadoras antes, durante a Greve Geral e no decorrer dos anos que sucederam ao movimento, agiram com a “capacidade dos atores sociais” (Hubner, 2022, pg. 08) quando influenciaram trabalhadores e trabalhadoras nas lutas por direitos trabalhistas e de melhores condições de vida.

4. AS MULHERES DE 1917: SIM, ELAS EXISTEM!

[...] Como mulher burguesa, a mulher é uma parasita da sociedade, sua função consiste apenas em auxiliar no consumo dos frutos da exploração; como pequeno-burguesa, ela é o animal de carga da família. É apenas na proletária moderna que a mulher se torna um ser humano, pois é apenas a luta que produz o ser humano, a participação no trabalho cultural, na história da humanidade

(ROSA LUXEMBURGO)

..... Artigo

Neste capítulo, trataremos das mulheres (algumas delas)²⁴ do movimento de 1917 que tiveram suas histórias contadas ou que serão contadas a partir de agora²⁵. Dentro dos silenciamentos ou da tentativa deles, emergiram essas figuras femininas no *front* da resistência. E sim, o que aqui é relatado não se trata apenas de suas atuações (como agentes sociais), mas sim considerando os enfrentamentos que travaram à normatização machista e sexista que historicamente lhes foi imposta.

Essas mulheres, certamente, se recusaram à pecha de “sexo frágil” ou de “pobres mocinhas indefesas”. Possivelmente estigmatizadas por terem “abandonado” as regras burguesas da “rainha do lar” e da “mulher santificada”, elas atravessaram a muralha dos preconceitos e lutaram ao lado dos homens, reivindicaram seus direitos, enfrentaram as adversidades da vida e perpetuaram como vencedoras na história das lutas sociais no Brasil.

Eis, que algumas delas surgem aqui....

4.1 As mulheres no enterro de uma das vítimas fatais da Greve²⁶

No dia 09 de julho de 1917 ocorreu um enfrentamento na porta da Fábrica Mariângela, de propriedade do industrial Francisco Matarazzo, entre soldados da Força Pública e operários em greve. O sapateiro espanhol, José Martinez foi ferido gravemente por uma bala de revólver. Em 10 de julho, Martinez faleceu na Santa Casa de Misericórdia de São Paulo.

O Comitê de Defesa Proletária (que foi organizado durante a Greve Geral) convocou os trabalhadores e as trabalhadoras para realizarem um grande cortejo (em forma de protesto) que

²⁴ A escolha por falar de alguns nomes de mulheres atuantes no movimento grevista de 1917 vai ao encontro de mera necessidade da estrutura do artigo, impedindo que o assunto seja demasiadamente extenso. Com isso, não houve preferências ou preterimentos. Além dessas tratadas aqui, há muitas outras, das quais se debruçam pesquisadores e pesquisadoras que tratam de suas biografias. Todas elas merecem ser contadas e homenageadas.

²⁵ Aqui se refere à história de Penélope Benassi. Nos levantamentos bibliográficos, para elaboração deste artigo, não foram encontrados trabalhos que falassem de sua trajetória, apenas breves menções. O que está relatado neste trabalho sobre esta personagem é fruto da leitura de notícias de jornais (basicamente). Talvez a sua história, por completo, ainda esteja esperando pelo seu historiador.

²⁶ De acordo com as pesquisas que estão sendo levantadas para o mestrado que está em andamento, há indícios de muitos mais mortos e desaparecidos, vítimas da violência policial na repressão ao movimento grevista de 1917. Outras 02 mortes oficiais, já amplamente estudadas na historiografia do movimento operário, são a do pedreiro Nicola Salerno e da menina de 08 anos, Eduarda Bindo (ambos sepultados, também, no Araçá). Aqui neste artigo é tratada apenas a passagem da morte de José Martinez, a qual é possível serem encontradas notícias, em vários jornais, sobre a participação de mulheres como agentes ativos desse cortejo-protesto.

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V. 2 n36e68489

e-ISSN: 1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUCSP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

segiu pelas ruas centrais da capital paulista, saindo do Brás e indo até o Cemitério do Araçá. A presença da militância feminina foi marcante. Durante o cortejo, havia uma comissão de operárias que carregavam as bandeiras do movimento anarquista. Ao longo do trajeto, na região da Rua Quinze de Novembro, centro da cidade, um grupo formado por mulheres se dirigiu até a Repartição Central de Polícia para exigir a soltura do operário e militante anarquista, Antonio Nalepinski, segundo nos conta Lopreato (1996).

À medida em que o cortejo fúnebre prosseguiu pelas ruas, operários e operárias se juntaram àquela manifestação de repúdio às violências empreendidas pela Força Pública. Cerca de 10 mil pessoas participaram. Foram realizadas algumas paradas para que oradores fizessem seus discursos de protesto. Em meio aos muitos homens que ali estavam, “uma fala de uma mulher de preto” se sobressaiu de forma eloquente e emocionada, afirmando que os “mantenedores da ordem” investiram brutalmente contra seus companheiros de luta, os quais estavam em um manifesto justo e legal (LOPREATO, 1996, p. 22).

Já o Jornal do Brasil, em sua edição de 13 de julho de 1917, noticia que:

Ao ser o féretro depositado na Capella, numa urna improvisada, foram pronunciados vários e violentos discursos, entre os quais por uma senhorita, uma operária que concluiu sua oração chorando convulsivamente (JORNAL DO BRASIL, 13/09/1917, Edição 00194).

Aqui, percebemos pelos relatos, tantos das pesquisas acadêmicas que trouxeram esses fatos, quanto pela transcrição da notícia do jornal, que a identidade dessas mulheres, participantes ativas do “cortejo-protesto” na morte de José Martinez, não foi realizada. Constando apenas como “uma comissão de operárias”, “uma senhorita operária”, “uma fala de uma mulher de preto”, elas não tiveram seus nomes revelados.

Talvez o tempo decorrido não tenha permitido que documentos sobrevivessem com essas identificações, ou que esse fato tenha sido resultado da sociedade machista em que o homem falava “da” e “pela” mulher. De qualquer forma elas existiram e necessitam de visibilidade na história do movimento operário.

..... Artigo

4.2 Maria Antônia Soares: uma mulher engajada na luta social

A militante anarquista Maria Antônia Soares nasceu em São Paulo, no dia 08 de abril de 1898. Filha dos imigrantes espanhóis, José Soares Fernandes e Paula Arias, Maria Antônia pertencia a uma numerosa família de 08 irmãos: Maria Manuela, Primitivo Raymundo, Salomé, Amparo, Maria Angelina, Manoel, Pilar e Matilde. Maria Angelina, poucos anos mais nova que Maria Antônia, foi sua parceira de militância na juventude. Em relação ao ativismo social e político, todos os membros da família mantiveram laços, em maior ou menor grau, com o anarquismo e o movimento operário.

Após a morte de José Soares, Maria Antônia e Maria Angelina, ainda muito jovens, assumem as responsabilidades financeiras do lar. Antônia, assim como alguns de seus irmãos, também lecionou em escolas chamadas racionalistas ou libertárias²⁷, além de ter sido atriz de teatro social e escritora em colunas da imprensa anarquista, como os jornais A Lanterna, A Plebe, Guerra Sociale, A Voz do Trabalhador, O Cosmopolita e Nuestra Tribuna. No periódico A Plebe ela menciona, inclusive, que a “verdadeira emancipação às mulheres” era o respeito, acima de qualquer outra pauta reivindicatória. Ela era, do mesmo modo, uma excelente oradora em comícios e congressos (ambientes, majoritariamente, masculinos).

Forjada nos movimentos sociais, em 1913, juntamente com sua mãe Paula Arias, fundam o Centro Feminino Jovens Idealistas.

Em 1915, nas comemorações do 1º de Maio, Maria Antônia foi a única mulher que discursou no Largo da Sé²⁸, na capital paulista. A Revista A Cigarra de 11 de maio daquele ano, registrou esse momento que ficou eternizado em uma imagem que se tornou um ícone do movimento operário no sentido da atuação das mulheres.

²⁷ Ver sobre “escolas libertárias”, como a Escola Moderna, o trabalho: DE MORAES, José Damiro. Educação anarquista no Brasil da primeira República. 2006.

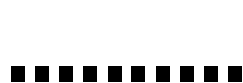
²⁸ Cf. SILVÉRIO, Beatriz Rodrigues et al. Maria Antônia Soares: vida e trajetória política de uma jovem anarquista (1898–1922).

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V. 2 n36e68489

e-ISSN: 1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUCSP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>



Artigo



Figura 3 - Aspecto do Comício em 1º de Maio de 1915 no Largo da Sé – SP. Em meio à multidão nota-se, ao centro, uma oradora (era Maria Antônia Soares)



Fonte: Revista "A Cigarra" (SP), 26 jul. 1917, Ano IV, nº 71

Já no início de 1917, quando estava com 19 anos, Maria Antônia participou do movimento por melhores condições para crianças e jovens de famílias operárias. Ela discutiu questões sobre a exploração da mão de obra feminina em relação à masculina, no sentido da equiparação de direitos, e na problemática da “degeneração” infantil, cuja, também exploração do trabalho, impedia que crianças pudessem se desenvolver com qualidade de vida e ter acesso à educação escolar.

Nos eventos da Greve Geral de 1917, é possível inferir a participação de Maria Antônia entre as tantas mulheres anônimas que estavam ativas no movimento, tanto que um mês antes dos acontecimentos, em 1º de Maio de 1917, foi criada a Liga Operária do Belenzinho, a qual fora dirigida por ela. Há, também, informações consolidadas nas pesquisas sobre a temática da participação feminina nos movimentos de 1917, de que ela tenha participado da Liga Operária

..... Artigo

da Moóca (local onde os trabalhadores e trabalhadoras do Cotonifício Crespi se reuniram e deliberaram pelo início da paralisação, desencadeando as Greves de 1917).

Curioso e não menos importante (em relação ao evento do enterro de José Martinez), é o fato de ter sido encontrado o apontamento na pesquisa de mestrado de Beatriz Rodrigues Silvério, intitulado “Maria Antônia Soares: vida e trajetória política de uma jovem anarquista (1898-1922)”, onde a pesquisadora se deparou com indícios de que a “senhorita operária” – mencionada pelos jornais – que discursou e chorou no sepultamento, seria a ativista Maria Antônia Soares²⁹.

Maria Antônia faleceu em 30 de abril de 1991, aos 93 anos.

4.3 Penélope Benassi: uma ativista social, sobrevivente da repressão

Em razão dos eventos de junho de 1917, as operárias e operários do Cotonifício Crespi que iniciaram a paralisação, foram demitidos. Uma das promessas dos acordos para o fim da Greve Geral de 1917 era a readmissão das pessoas que tivessem sido dispensadas do trabalho por conta do movimento, o que não foi cumprido de uma forma geral. Assim, em 12 de dezembro daquele ano, o Jornal O Combate³⁰ informa que o Cotonifício estava passando por uma nova paralisação em consequência desse descumprimento do acordo. Uma “comissão composta por homens e mulheres” se dirigiu à Delegacia do Brás para informar sobre os motivos desta greve e solicitar autorização para se reunirem na Liga Operária da Moóca³¹, que além de não ter sido autorizada pelo delegado, o mesmo manda prender esses trabalhadores, conforme indica Gláucia Fraccaro em sua Dissertação de Mestrado, intitulado “Os direitos das

²⁹ Aqui é importante uma observação: nas pesquisas para realização deste artigo, foi encontrada a notícia no Jornal A Época em sua Edição nº 1832 de 18 de julho de 1917, a qual relata o enterro de José Martinez e diz que uma mulher, chamada Francisca Ângela fez um discurso emocionado à beira da sepultura (Fonte: Jornal A Época, Ed 1832 de 18/07/1917, Ano VI, p. 1). De qualquer forma, diante da inconsistência na informação sobre a autuação ser de Maria Antônia ou de Francisca Ângela, a presença feminina fora comprovada naquele momento grave em que houvera a morte de um operário, vítima das violências cometidas pelo Estado e pela polícia a fim de coibir os manifestantes.

³⁰ Jornal O Combate, 12/12/1917

³¹ As paralisações eram acompanhadas diretamente pela polícia a mando dos industriais. Nesse contexto, as reuniões das Ligas, também estavam sob o crivo policial com o destacamento de delegados e investigadores que participavam dessas reuniões para avaliarem o que era tratado entre os participantes e, muitas vezes, os operários eram convocados para depor nas Delegacias para darem maiores explicações.

..... Artigo

mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937)”, defendido na UNICAMP em 2016.

No dia 13 de dezembro de 1917, o jornal O Combate³² comunica que mais prisões (de maneira arbitrária) em decorrência do evento do dia anterior (cerca de 09 pessoas foram detidas), tinham sido realizadas. O periódico informava que:

[...] o delegado do Braz fez deter, de madrugada, em suas residências, mais operários entre os quais citaremos estes, cujos nomes conseguimos apurar: Gervasio Fuso, Armando Brittes, Bernardo Marques, Affonso Benassi, Italo Benassi e a jovem Penelope Bernardini [...] (JORNAL O COMBATE, 13/12/1917, Edição 00781)

Ainda a notícia trazia a informação de que os operários Penélope e Italo trabalhavam na Cia Indústrias Têxteis, seção da Moóca, portanto, a princípio, nada tinham a ver com o movimento no Cotonifício Crespi. Penélope Bernardini certamente era uma ativista e de acordo com Fraccaro (2016), ela “acompanhava atentamente o desenrolar das questões operárias”.

As ações de Penélope, como a da maioria dos operários e operárias que lutavam por seus direitos e enfrentavam as arbitrariedades de patrões e da polícia, a faziam estar sob a mira da perseguição da polícia. No noticiário de 21 de dezembro de 1917, na coluna da Seção Judiciária do jornal Correio Paulistano, consta que:

O sr. Dr. Paulo Americo Passalacqua juiz de direito da 2ª. Vara, indeferiu o pedido de “habeas-corpus” preventivo, impetrado a favor de Penelope Bernardini e Ricardo Benassi, por haver a polícia informado que só agirá contra os pacientes caso perturbem a ordem pública, conforme o determina o decreto que estabeleceu o estado de sítio (JORNAL CORREIO PAULISTANO, 21/12/1917, Edição 19561)

A jovem operária era considerada “uma perturbadora da ordem” à medida que se encontrava na luta ao lado de suas companheiras e companheiros. É ainda nas agitações da Greve Geral, em junho de 1917, que se verifica um relato do Dr. Virgílio Nascimento, diretor do Gabinete de Investigações e Capturas³³, que afirma Penélope ser “arrogante e atrevida” e que subia à tribuna nos discursos promovidos pelos líderes libertários, para que pudesse “captar simpatias dos trabalhadores”, (Fonseca, 1997, pg. 26). É evidente que nessa fala há um

³² Jornal O Combate, 13/12/1917

³³ Para compreender o que era o Gabinete de Investigações e Capturas, ver FONSECA, Guido. O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo. O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo” Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, São Paulo, v. 93, 1997.

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V. 2 n36e68489

e-ISSN: 1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUCSP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

componente revelador da sociedade da época, estruturalmente machista, quando desconsidera a atuação da mulher, no caso da operária Penélope, nos comícios operários. Dizer que elas só estariam presentes nesses meetings para “captar simpatias” era uma forma preconceituosa de mostrar que a mulher era vista, fora do ambiente do lar, como um “objeto do desejo masculino”.

Seguramente Penélope sofreu e venceu essas barreiras misóginas e machistas da sociedade da Velha República e prosseguiu firme e de forma competente os seus propósitos na luta por justiça social e pela visibilidade feminina na política.

Em 1920, ela estava casada com Italo Benassi e passava a se chamar Penélope Bernardini Benassi. Em abril daquele ano, sua casa, mais uma vez fora invadida pela polícia e sua mãe Gemma Bernardini e sua irmã Julia foram presas³⁴.

Italo Benassi, seu esposo, foi um operário também atuante na Greve Geral de 1917, tendo sido preso em 1918 e em 1924³⁵. Na década de 1930, Italo se torna um empresário do ramo têxtil e homenageia sua esposa nomeando a fábrica de sua propriedade de “Tecelagem de Seda Penélope”, a qual era situada na Rua do Hipódromo, no bairro operário do Brás.

Mas é em 1947, por meio das pesquisas realizadas para este trabalho, que se encontra, pela última vez nos periódicos, o nome de Penélope Benassi. Naquele ano, ela foi candidata à vereadora por São Paulo³⁶, concorrendo com candidatos. em prevalência masculina, por um partido pequeno chamado POT (Partido Orientador Trabalhista). Infelizmente, ela não consegue número de votos suficientes para conseguir a cadeira da vereança paulista.

No entanto, essa história que sobreviveu ao tempo, de uma mulher que lutou em sua juventude nas trincheiras do maior e mais icônico movimento grevista, que foi a Greve Geral de 1917, e que permaneceu em seus propósitos não sucumbindo às violências e perseguições da repressão, que enfrentou a sociedade machista e preconceituosa e que chegou aos anos 1940, ainda numa sociedade fortemente patriarcal, ganhando uma legenda em um partido trabalhista

³⁴ Jornal O Combate, abril de 1920.

³⁵ Para compreender a atuação de Italo Benassi nas manifestações grevistas, ver JUNIOR, Bello; QUIROS, Demetrio. Por uma organização autônoma do proletariado: sindicatos de ofício e os trabalhadores em São Paulo (1917-1930) 2019.

³⁶ Jornal Correio Paulistano, 19/11/1947.

Revista Ponto-e-Vírgula, São Paulo, V. 2 n36e68489

e-ISSN: 1982-4807

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais - PUCSP

<https://revistas.pucsp.br/pontoevirgula>

..... Artigo

para concorrer ao cargo de parlamentar da casa legislativa municipal, merece constar na memória histórica das lutas sociais no Brasil, empreendidas pelas mulheres.

CONSIDERAÇÕES

Falar sobre a atuação das mulheres operárias na Greve Geral de 1917, decerto não é tarefa fácil. Isso porque, as relações de poder de uma sociedade constituída sob os auspícios do domínio patriarcal, promoveram os “apagamentos” de suas atuações e suas identidades, no sentido de não restarem as “falas” dessas mulheres ao longo do tempo histórico.

O que se tem, considerando as diversas e qualificadas pesquisas acadêmicas a respeito do tema, é o que se compilou das notícias dos periódicos que foram relatadas nas “falas” dos homens, quer tivessem sido os homens das classes trabalhadoras, quer tenham sido os das classes mais privilegiadas, e de alguns documentos de fontes primárias pertencentes às agremiações operárias. Os trabalhos de referência sobre o assunto das mulheres grevistas de 1917, tais como os das professoras Dras. Margareth Rago, Gláucia Fraccaro, Christina Lopreato, dentre outras e outros pesquisadores também, certamente também encontraram essa dificuldade de levantamento de dados, ao longo de suas pesquisas.

Alguns nomes sobreviveram ao tempo (talvez por terem sido os das líderes nos movimentos trabalhistas do século XX). Contudo, todas elas, anônimas ou não, desempenharam papéis fundamentais nos caminhos que levaram à Greve de 1917 e no devir das lutas empreendidas pelas mulheres, representando e empoderando outras que viriam anos mais tarde.

À essas mulheres do movimento operário, é merecido deixar registrados seus nomes na história das lutas sociais no Brasil e lhes render a justa homenagem: Izabel Cerruti, Maria Lacerda de Moura, Maria Alves, Margarida Pilón, Luiza Cipinto, Cristina Berain, Rosa Musitano, Encarnación Mejía³⁷, entre outras. Presentes!

³⁷ Estes nomes foram catalogados no trabalho de SILVA, Polyana Alves Almeida da. O protagonismo feminino nas greves de 1917. 2018. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica – São Paulo



Artigo



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIONDI, Luigi. A greve geral de 1917 em São Paulo e a imigração italiana: novas perspectivas. **Cadernos AEL**, 2009.

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. **A escrita da mulher trabalhadora na imprensa operária brasileira da República Velha: a luta contra o enclausuramento e o preconceito linguístico**. 2018.

BOENAVIDES, Débora Luciene Porto. **Nem no convento, nem no cabaré, na imprensa operária: a ampliação das esferas discursivas da mulher trabalhadora na república velha**. *Linguagem em (Dis) curso*, v. 17, p. 297-313, 2017.

BOLETIM DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DO TRABALHO – 1911-1920 (DET-SP). São Paulo. Acervo do Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica – PUC-SP

CACCAVELLI, Bruno. Associações de trabalhadores no bairro paulistano da Mooca entre 1900 e 1920. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 7, n. 14, p. 145-166, 2015.

DE MORAES, José Damiro. **Educação anarquista no Brasil da primeira República**. 2006.

DE PAULA, Amir El Hakim. A relação entre o estado e os sindicatos na era Vargas: uma análise geográfica. **Pegada-A Revista da Geografia do Trabalho**, v. 19, n. 1, 2018.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **Indústria, trabalho e cotidiano: Brasil, 1889 a 1930**. Atual, 1991.

DEL ROIO, José Luiz. **A greve de 1917: os trabalhadores entram em cena**. Alameda Casa Editorial, 2020.

FELITTE, Almir Valente. **História da polícia no Brasil: estado de exceção permanente?** Autonomia Literária, 2023.

FERREIRA, Dina Maria Martins. **Do semelhante ao mesmo, do diferente ao semelhante: sujeito, ator, agente e protagonismo na linguagem**. *Revista brasileira de linguística Aplicada*, v. 17, p. 619-640, 2017.

FONSECA, Guido. **O Anarquismo e as origens da polícia política em São Paulo**. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 93, 1997.

FRACCARO, Glaucia Cristina Candian. **Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo**. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 76, p. 73-90, 2017.

..... Artigo

.....
_____. **Os direitos das mulheres: organização social e legislação trabalhista no entreguerra brasileiro (1917-1937)**. Campinas, SP:[sn], 2016.

GONÇALVES, RINO GABRIEL SIQUEIRA. **Imprensa, trabalhadores e democracia: São Paulo de patrões e empregados, as avenidas dos interesses e as vielas da necessidade**. Encontro ANPUH, 2020.

GRIGOLIN, Fernanda. Sou aquela mulher do canto esquerdo do quadro: pode um trabalho de arte narrar com as mulheres anarquistas. **Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol.**, n. 38, 2020.

HUBNER, Alysson. **Agência na Sociologia: os diferentes usos do conceito de agência em Weber, Giddens e Latour**. Ponto-e-Vírgula, v. 1, n. 33, 2023.

JUNIOR, Demetrio Q.B. **Por uma organização autônoma do proletariado: sindicatos de ofício e os trabalhadores em São Paulo (1917-1930)**, 172 fls., Dissertação (Mestrado em História) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Guarulhos, Brasil, 2019.

LOPREATO, Christina da Silva Roquette. **O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917**, 281 fls., Tese (Doutorado em História), Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, Brasil, 1996.

MENDES, Samanta Colhado. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930**, 254 fls., Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Franca, Brasil, 2010.

PAULA, Amir El Hakim de. **Os operários pedem passagem! -A Geografia do operário na cidade de São Paulo (1900-1917)**, 164 fls., Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo USP, São Paulo, Brasil, 2005.

PIOVEZANI, Carlos Félix. Discursos sobre a fala pública popular na imprensa brasileira. **Revista da Anpoll**, v. 1, n. 48, p. 136-144, 2019.

RAGO, Margareth. **As mulheres na historiografia brasileira**. Cultura histórica em debate. São Paulo: UNESP, p. 81-91, 1995.

..... Artigo

_____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista.** Editora Paz e Terra, 1985.

SILVA, Polyana Alves Almeida da. **O protagonismo feminino nas greves de 1917**, 194 fls., 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUCSP, São Paulo, 2018.

TOLEDO, Edilene. **Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917.** Estudos Históricos (Rio de Janeiro), v. 30, p. 497-518, 2017.

TRENTO, Angelo. A Itália em guerra: a coletividade imigrada e o Fanfulla de São Paulo durante o primeiro conflito mundial. 2015. **Repositório Rui Barbosa de Informações Culturais.**

JORNAIS

Jornal "A Noite", 19 nov. 1947

Jornal "O Combate", abril 1920

Jornal "O Combate", Ed 780, Ano III

Jornal "O Combate", Ed 781, Ano III

Jornal "O Correio Paulistano", 21 dez. 1917

Jornal "O Correio Paulistano", 19 nov. 1917

Jornal "A Epoca", 14 jul. 1917

Jornal "A Plebe", 09 jul. 1917

Jornal "A Plebe", 18 ago. 1917

Jornal "A Plebe", 21 jul. 1917

..... Artigo

Jornal “A Razão”, 14 jul. 1917

Jornal “A Razão”, 15 jul. 1917

Jornal “A Razão”, 16 jul. 1917

Jornal “A Razão”, 17 jul. 1917

Jornal “Correio Paulistano”, 17 jul. 1917

Jornal “Correio Paulistano”, 30 jun. 1917

Jornal “do Brasil”, 13 jul. 1917

Jornal “O Combate”, 18 jul. 1917

Jornal “O Paiz”, 13 jul. 1917

Revista “A Cigarra (SP), 26 jul. 1917

Revista “O Malho (RJ), 18 ago. 1917

SITES

Biblioteca Terra Livre: Disponível em <https://bibliotecaterralivre.noblogs.org/editora/a-greve-geral-de-1917/>. Acesso em 31 jun 2024.

Politize! Disponível em <https://www.politize.com.br/interseccionalidade-o-que-e/>. Acesso em 27 jul. 2024

TRUDELL, Megan. **As mulheres de 1917 - Especial Revolução Russa. 2017.** Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/06/14/as-mulheres-de-1917-especial-revolucao-russa/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

.....

Artigo

.....

Submetido em: 2024-09-28

Aceito em: 2024-11-14